

Impactos éticos, sociais e políticos com a adoção de sistemas de informação

Gestão de Informação e dos Processos de Negócio



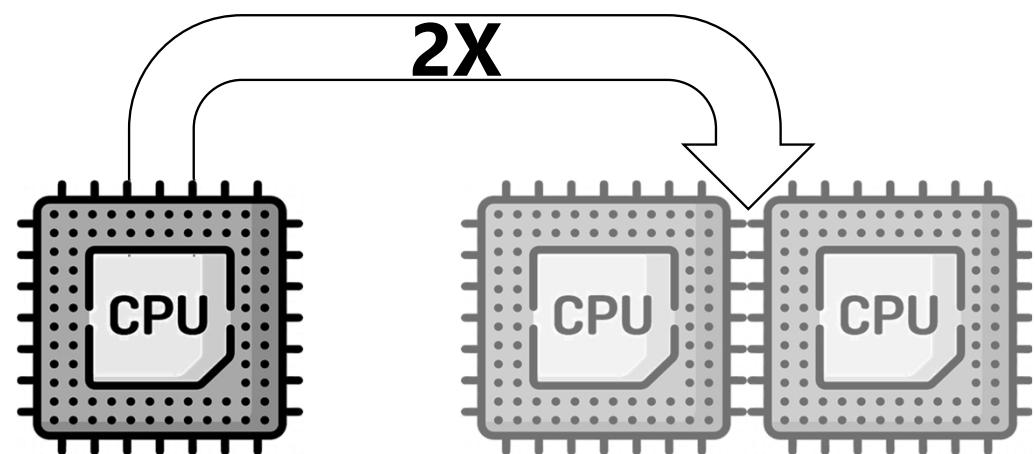
Departamento de
Gestão e Economia

Evolução tecnológica



A capacidade de processamento tende a duplicar a cada 18 meses.

Aumento da dependência face aos sistemas de informação computacionais.



Evolução tecnológica

Aumento da vulnerabilidade
a erros e a informação de
fraca qualidade.



"WE KEEP FRANK AROUND, BECAUSE IF THERE'S A POWER FAILURE HE'S THE ONLY ONE WHO CAN STILL DO ANYTHING!"

Tendências tecnológicas e problemas éticos

Necessidade de atualização intensiva das aplicações.



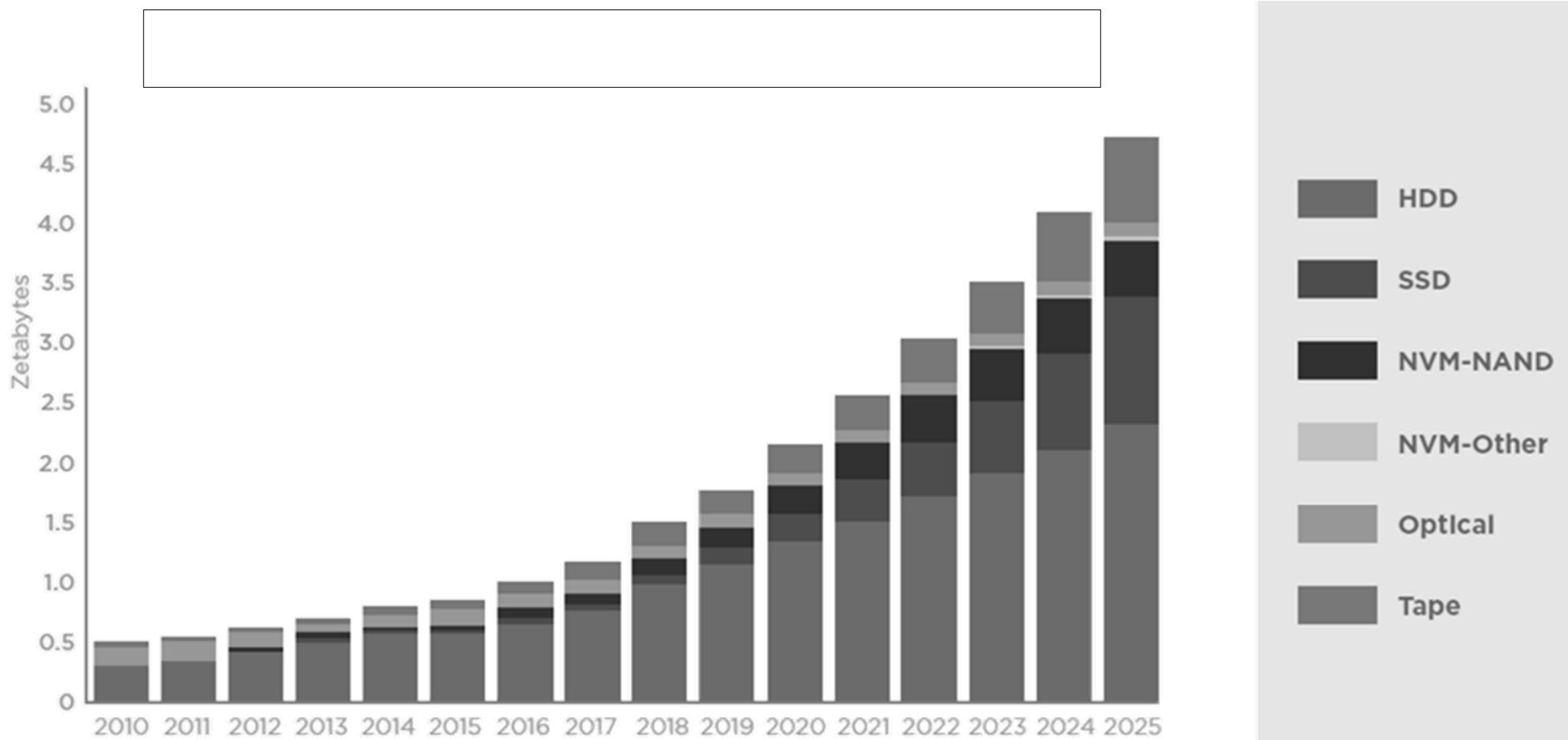


Custos decrescentes na capacidade de armazenamento da informação

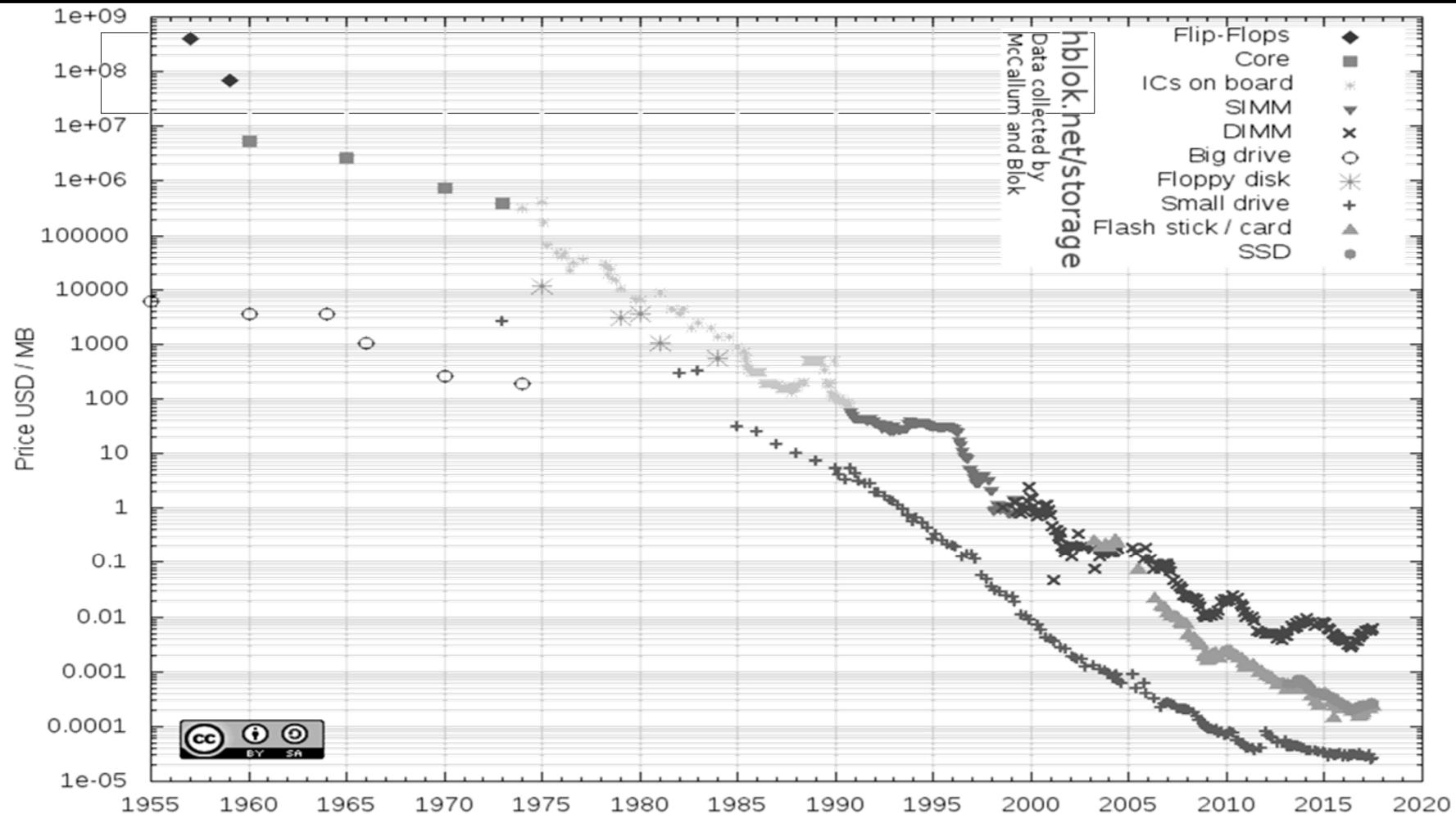
Os custos de aquisição de armazenamento tem vindo a reduzir ao longo do tempo, assim como têm variado os meios de armazenamento.



Evolução tecnológica



Evolução tecnológica



Evolução tecnológica

Tais avanços resultaram numa **capacidade acrescida para a violação dos dados** dos indivíduos (em termos de facilidade, custo e eficácia).

O registo massivo de utilizadores/clientes é uma constante no mundo atual.

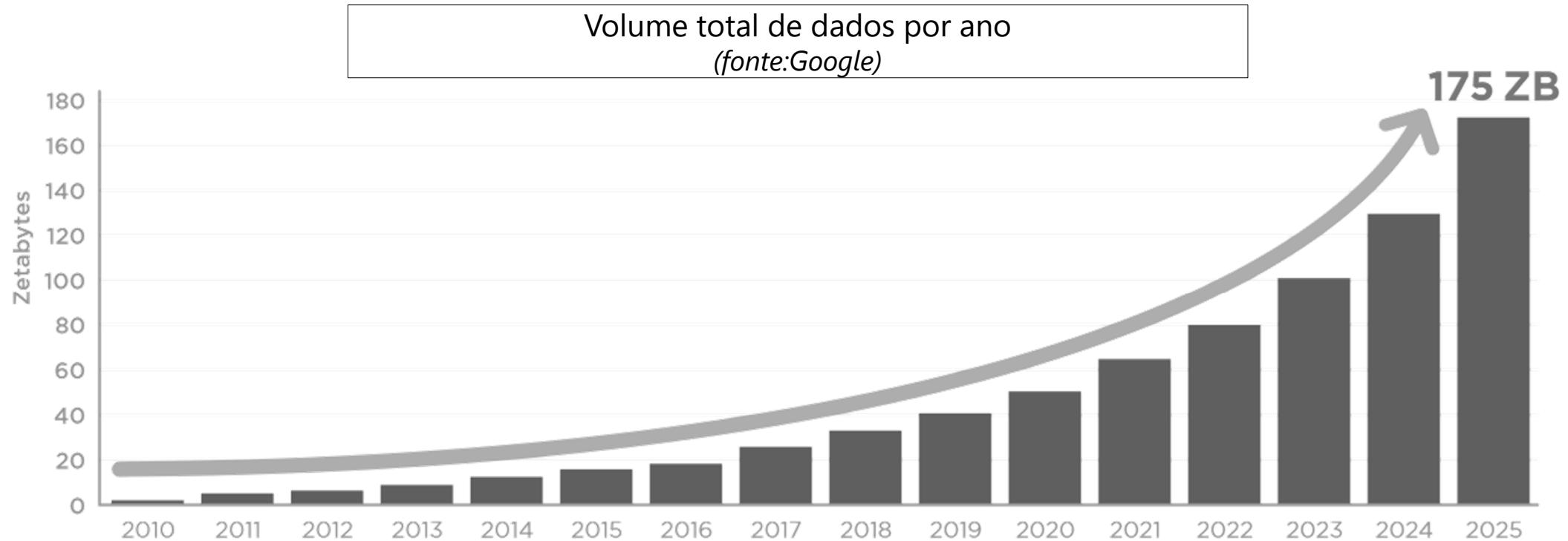




Avanços na pesquisa de informação

As organizações analisam vastas quantidades de informação acerca dos indivíduos, para desenvolverem perfis de comportamento, o mais detalhados possível.

Evolução tecnológica



Evolução tecnológica

Com a tecnologia existente, as empresas são capazes de extrair e combinar uma miríade de peças de informação, mais facilmente do que em qualquer altura no passado.

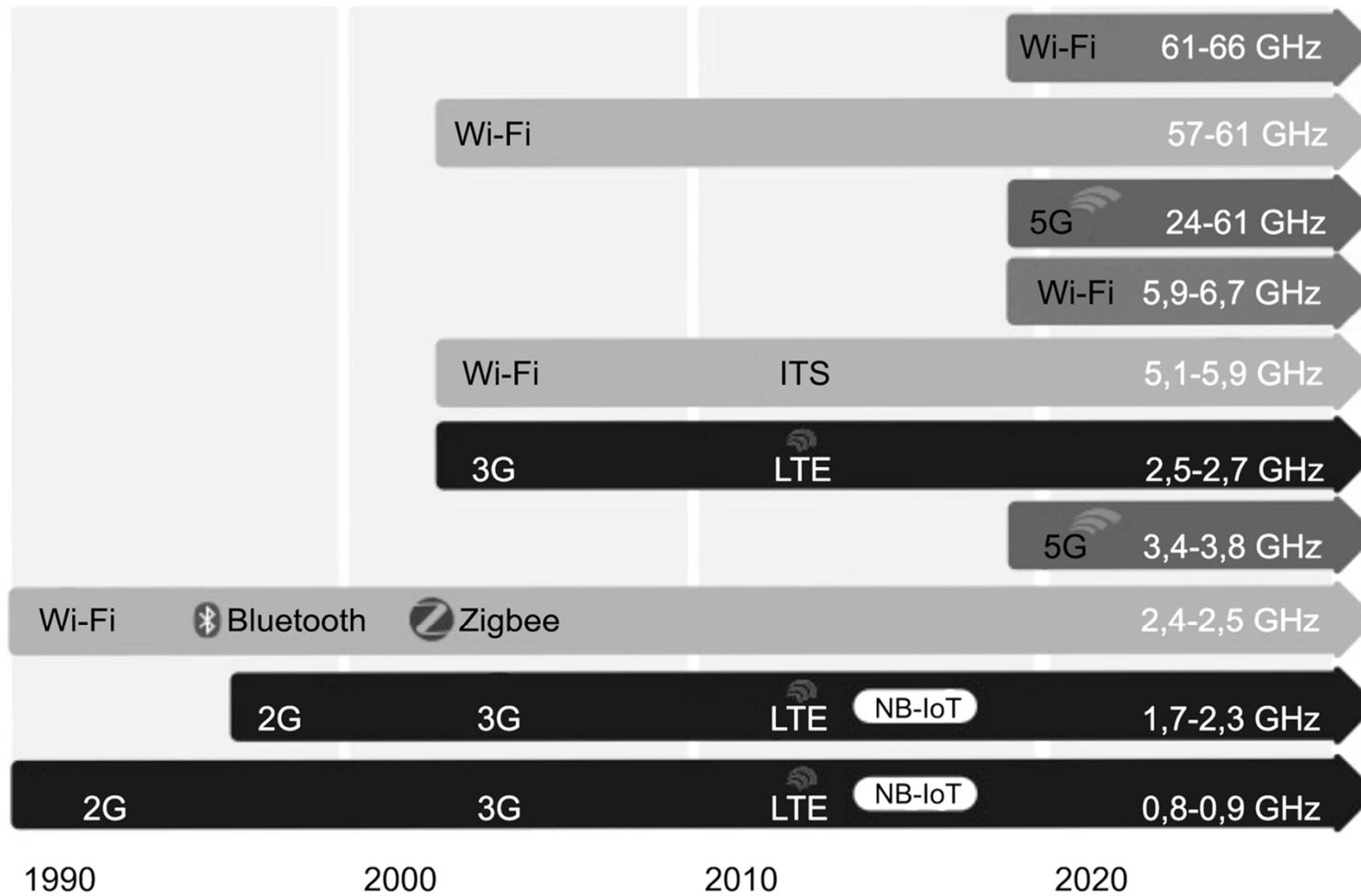




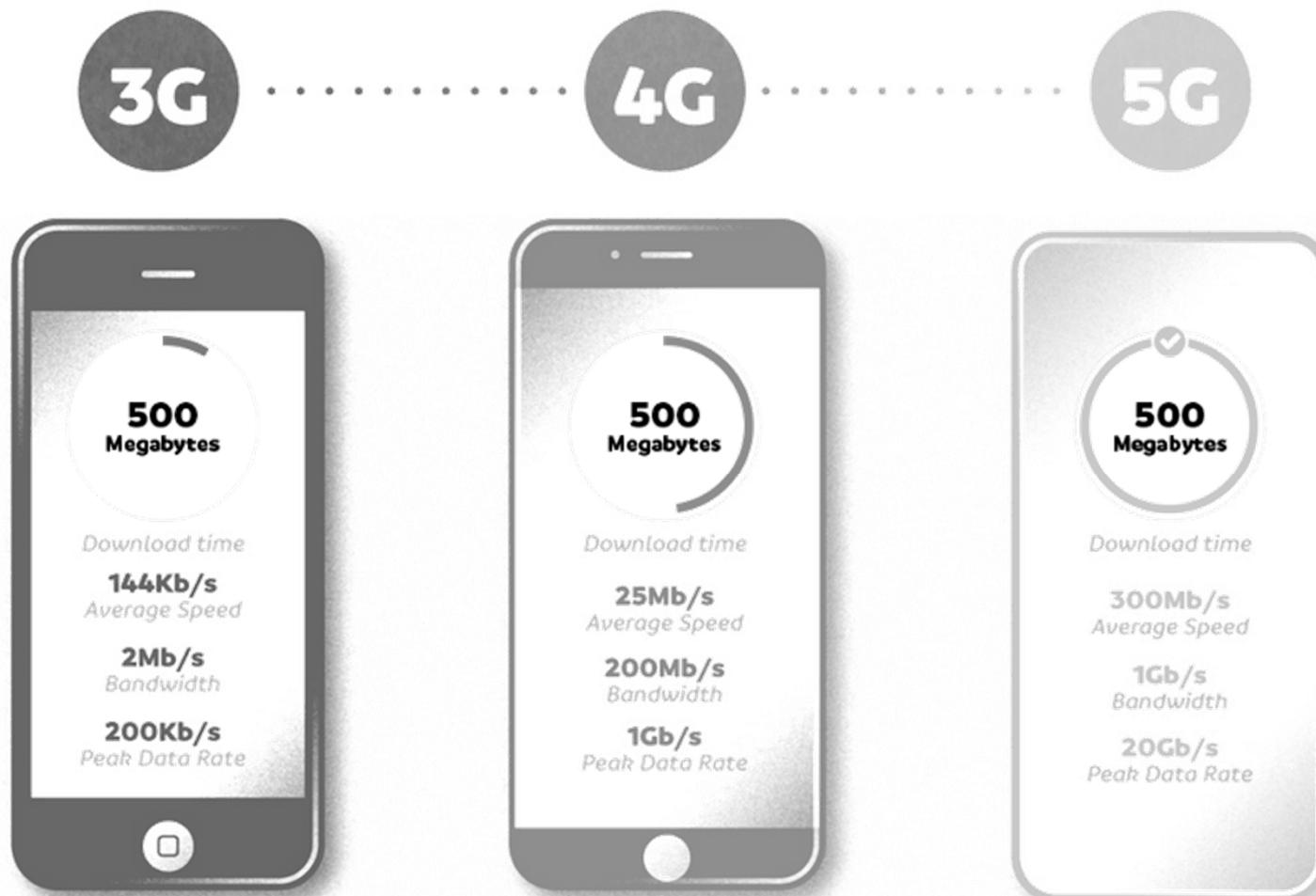
Melhorias nas redes de comunicação/dados e internet

É cada vez mais fácil aceder/obter dados de sítios remotos, bem como aceder remotamente a informação pessoal.

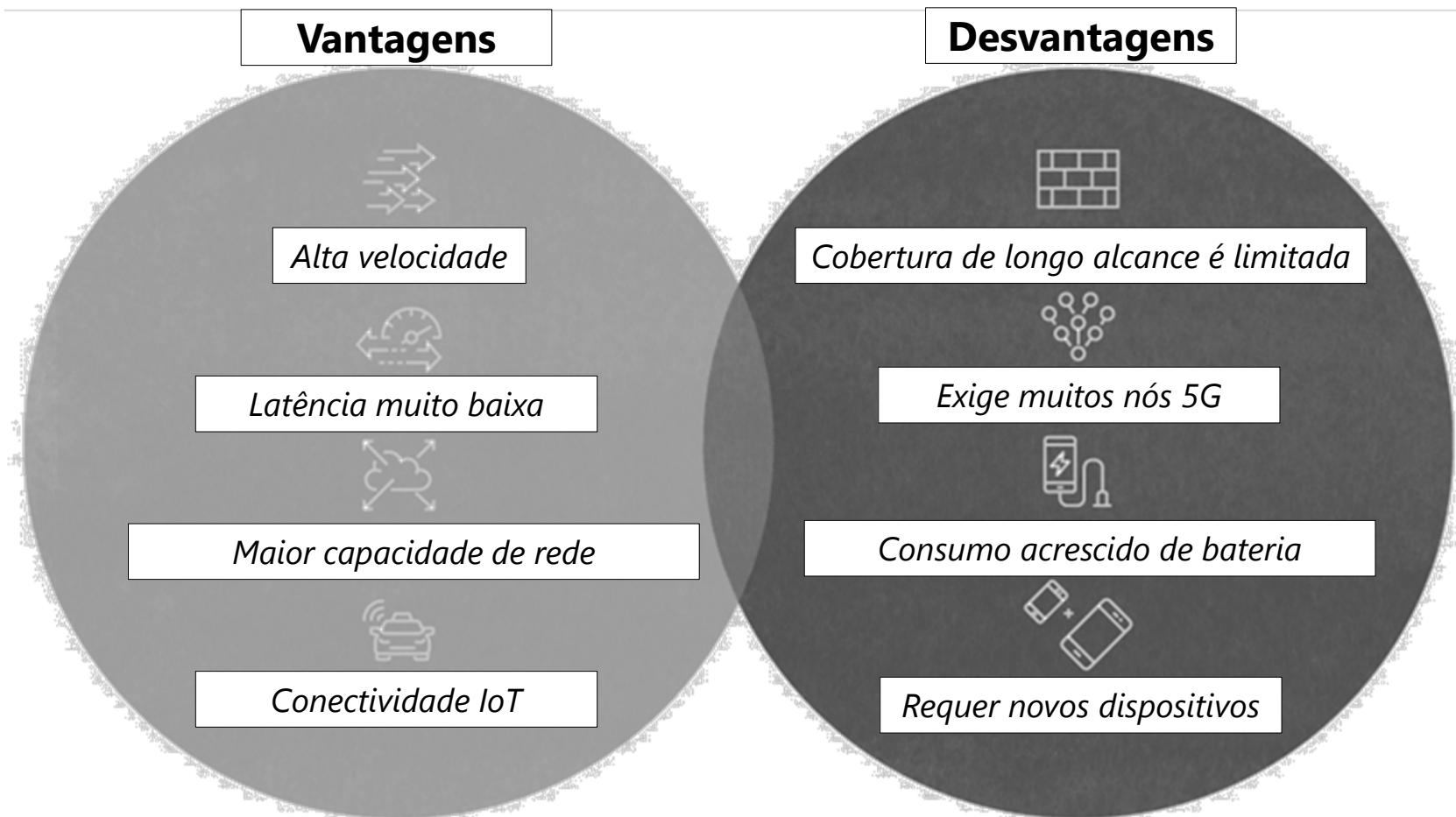
Evolução tecnológica



Evolução tecnológica



Evolução tecnológica



Aspetos éticos

- Que informação é possível saber-se acerca de cada **indivíduo**?
- É **legítimo** usar essa informação sem autorização?



- Como estas redes **alteram as relações tradicionais** entre família, trabalho e lazer?



Aspetos políticos

- **Quem controla** o que circula nestas “autoestradas” de informação?
- De que modo **se altera ou pode alterar** o trabalho dito “tradicional”?





Privacidade e liberdade

- Que direitos possuem os indivíduos ou organizações sobre a sua informação?
- O que é protegido pelos regulamentos de proteção de dados (RGPD)?
- Que obrigações têm os indivíduos para com essas informações?

Aspetos éticos

- O que é que legitima a **invasão de privacidade?**
- Será que é preciso **avisar** os utilizadores que estão a ser “seguidos”?



Aspetos sociais

- Será que se devem desenvolver **expectativas de privacidade** (no email, nos telefones, nas redes sociais)?



Aspetos políticos

- Será que se deve evitar a codificação (cifragem) de mensagens no sentido de se poder saber o seu conteúdo?
- Violará isto o direito à privacidade?
- Qual é a capacidade real do Estado para assegurar o cumprimento dos regulamentos de privacidade?





Propriedade

- As TI colocam novos desafios à **proteção dos direitos de autor**, especialmente em relação ao *software*.
- Os meios digitais diferem muito dos livros, revistas, etc., em termos da **facilidade** de replicação, transmissão, alteração e mesmo de definição de unicidade.

- Com a disseminação das TI e da *internet* a informação pode ser transmitida, usando programas facilmente acessíveis.

Direitos e obrigações

20 principais países com acesso indevido a licenças de software e pirataria (2024 fonte: Revenera)



Aspetos éticos

- Deve-se copiar ou usar *software* protegido?
- Pirataria como estratégia?



- Será que a pirataria é percebida como um roubo?
- Será que este tipo de violação dos direitos de autor “tira o sono”?



- Os investimentos efetuados pelas empresas de desenvolvimento de *software* não deverão ser protegidos?





Responsabilização, qualidade e controlo

- Se alguém é prejudicado através da utilização de *software*, quem é que deve ser responsabilizado?
- Serão os distribuidores responsáveis pelos conteúdos?

- Será que os criadores/vendedores de TI/SI são moralmente responsáveis pelas consequências da utilização dos seus programas? Se sim, em que condições?
- Quais são as responsabilidades a atribuir aos utilizadores? E aos fornecedores?



Aspetos sociais

- Que expectativas de infalibilidade do *software* são geradas?
- Deverão os *backups* ser encorajados ou implementados automaticamente?
- As empresas de *software* devem ser responsabilizadas em caso de falha?
- A informação deve ser “livre”, vigiada ou mesmo censurada?



- Como regulamentar o anteriormente apontado?





Qualidade de vida

- As tecnologias e sistemas de informação têm vindo a mudar o próprio tecido da sociedade, bem como as suas formas de organização e valores.

- Numa sociedade de informação e de conhecimento, que valores devem ser preservados?
- Que valores culturais são suportados pelas TI?



Aspetos sociais

- A dependência de sistemas de informação pode impedir o acesso a serviços fundamentais a algumas classes sociais.
- Criação de infoexcluídos.
- Desenvolvimento de novas doenças laborais.
- Perda de postos de trabalho.



- *Cyberbullying*
- Discurso de ódio online
- Relacionamentos online



- Será possível compatibilizar a ideia de uma democratização de acesso à informação e conhecimento, com imposições governamentais a esses acesso?
- A tecnologia evoluirá sempre mais depressa que a capacidade de regulação dos governos.



Aspetos políticos

- As TI permitem também o desenvolvimento de novas formas de abusos de informação.
- Surgem também novas formas de criminalidade. Será que as forças de segurança estão devidamente apetrechadas com recursos (técnicos e humanos) para lidar com elas?



Resumo

- A implementação de sistemas de informação não aporta somente implicações económicas, mas também aspetos éticos, sociais e políticos (legais).
- A interdependência das pessoas com a tecnologia altera a própria estrutura do tecido social.
- Nota-se que as alterações tecnológicas são usualmente mais rápidas do que a capacidade dos reguladores para imporem limitações ou regras, o que pode ter consequências nefastas quer em termos económicos, quer em termos sociais.